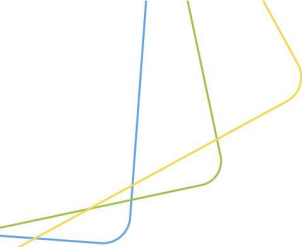




TERMO DE USO

ANCINE



Quais informações estão presentes neste documento?

Neste Termo de Uso, o usuário dos serviços ANCINE encontrará informações sobre: o funcionamento do serviço e as regras aplicáveis a ele; o arcabouço legal relacionado à prestação do serviço; as responsabilidades do usuário ao utilizar o serviço; as responsabilidades da administração pública ao prover o serviço; informações para contato, caso exista alguma dúvida ou seja necessário atualizar informações; e o foro responsável por eventuais reclamações caso questões deste Termo de Uso tenham sido violadas.

Além disso, na Política de Privacidade, o usuário dos serviços ANCINE encontrará informações sobre: qual o tratamento dos dados pessoais realizados, de forma automatizada ou não, e a sua finalidade; os dados pessoais dos usuários necessários para a prestação do serviço; a forma como eles são coletados; se há o compartilhamento de dados com terceiros; e quais as medidas de segurança implementadas para proteger os dados.

Aceitação do Termo de Uso e Política de Privacidade

Ao utilizar os serviços, o usuário confirma que leu e compreendeu os Termos e Políticas aplicáveis aos serviços ANCINE e concorda em ficar vinculado a eles.

Definições

Para melhor compreensão deste documento, neste Termo de Uso e Política de Privacidade, consideram-se:

Dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

Titular: pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

Controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

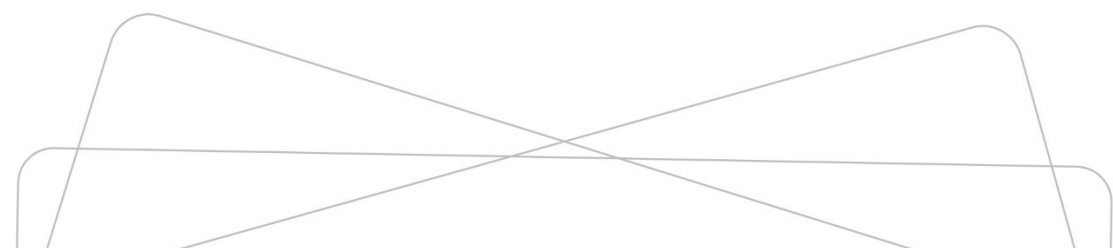
Encarregado: pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

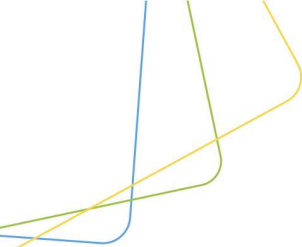
Agentes de tratamento: o controlador e o operador.

Tratamento: toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Uso compartilhado de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entes privados.

Autoridade nacional: órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.





Usuários (ou "Usuário", quando individualmente considerado): todas as pessoas naturais que utilizarem os serviços ANCINE, mesmo que na condição de representação de pessoas jurídicas.

Descrição do serviço

Os serviços ANCINE incluem todos aqueles serviços prestados pela Agência ao cidadão, proponente ou regulado, em meio físico ou digital.

No contexto digital, os serviços estão disponíveis através do portal corporativo na Internet e/ou de Webservices, onde os dados pessoais fornecidos pelo titular, obtidos automaticamente ou tornados públicos por ele podem ser coletados e tratados pela ANCINE.

Neste contexto, destacam-se aqueles serviços disponibilizados através do Sistema Ancine Digital (SAD), sistema integrado de informação e principal canal de relacionamento dos agentes regulados e proponentes com a ANCINE, e do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), sistema de processo administrativo eletrônico.

Agentes de tratamento

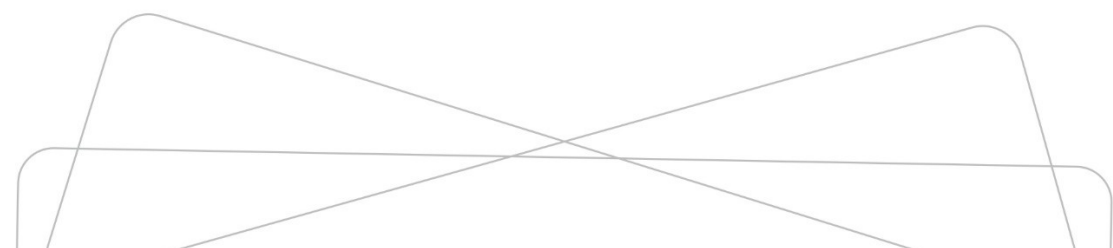
Para os serviços ANCINE, as decisões referentes ao tratamento (Controlador) e próprio tratamento de dados pessoais (Operador) são de responsabilidade da instituição. Os dados do Controlador/Operador são:

Agência Nacional do Cinema – CNPJ 04.884.574/0003-92

Endereço: Avenida Graça Aranha, 35 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20002-030.

E-mail: ouvidoria.responde@ancine.gov.br

Telefone: (21) 3037-6086



Quem é o responsável por atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (Encarregado)?

Os dados do Encarregado para os serviços ANCINE são:

Nome: João Paulo Machado Gonçalves

Endereço: SAUS, Quadra 6, Bloco E, 6 andar, Ala Sul, Brasília, CEP 70070-940.

Horário de atendimento: de segunda a sexta-feira, nos dias úteis, das 9h às 18h - exclusivamente por e-mail: encarregado@ancine.gov.br

Quais são as leis e normativos aplicáveis aos serviços ANCINE?

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação – Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal.

Lei Federal n. 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) - Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil

Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 - Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.

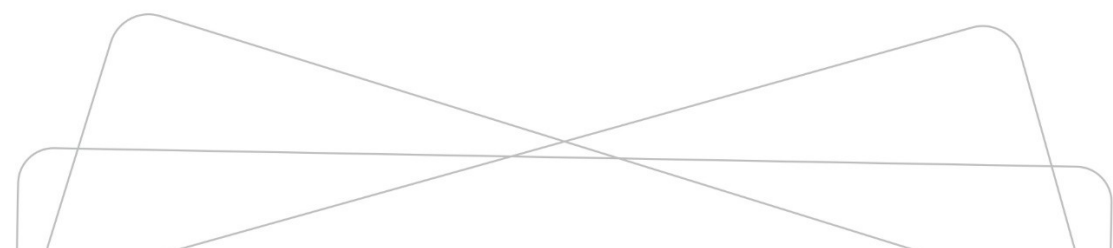
Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

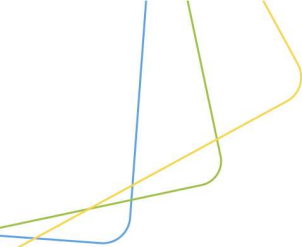
Normas complementares do Gabinete de Segurança da Informação da Presidência (GSI/PR) - Disciplinam a Gestão de Segurança da Informação e Comunicações na Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.

Medida Provisória 2.228-1, de 6 de setembro de 2001 - Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema – ANCINE.

Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006 - Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional -CONDECINE.

Lei n.º 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado





Quais são os direitos do usuário dos serviços ANCINE?

O usuário do serviço possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei de Proteção de Dados Pessoais:

- **Direito de confirmação e acesso (Art. 18, I e II):** é o direito do usuário de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.

- **Direito de retificação (Art. 18, III):** é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

- **Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, IV):** é o direito do usuário de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.

- **Direito de oposição (Art. 18, § 2º):** é o direito do usuário de, a qualquer momento, se opor ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.

- **Direito de portabilidade dos dados (Art. 18, V):** é o direito do usuário de realizar a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial.

- **Direito de não ser submetido a decisões automatizadas (Art. 20, LGPD):** o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

Quais são as obrigações dos usuários que utilizam os serviços ANCINE?

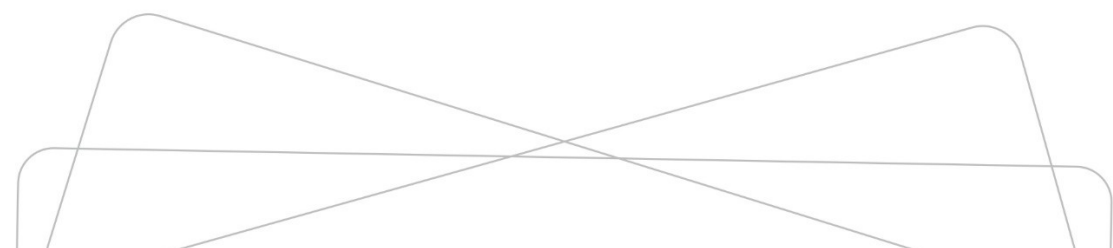
O usuário se responsabiliza pela precisão e veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência destes poderá implicar a impossibilidade de se utilizar os serviços ANCINE.

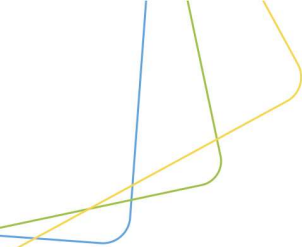
O login e senha só poderão ser utilizados pelo usuário cadastrado. Ele se compromete em manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido, após o ato de compartilhamento.

O usuário do serviço é responsável pela atualização das suas informações pessoais e consequências na omissão ou erros nas informações pessoais cadastradas.

O Usuário é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários, de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual, de sigilo e de personalidade), que sejam causados à Administração Pública, a qualquer outro Usuário, ou, ainda, a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao serviço.

O Órgão não poderá ser responsabilizado pelos seguintes fatos:

- a. Equipamento infectado ou invadido por atacantes;
- 

- 
- b. Equipamento avariado no momento do consumo de serviços;
 - c. Proteção do computador;
 - d. Proteção das informações baseadas nos computadores dos usuários;
 - e. Abuso de uso dos computadores dos usuários;
 - f. Monitoração clandestina do computador dos usuários;
 - g. Vulnerabilidades ou instabilidades existentes nos sistemas dos usuários;
 - h. Perímetro inseguro;

Em nenhuma hipótese, a Administração Pública Federal será responsável pela instalação no equipamento do Usuário ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, trojans, malware, worm, bot, backdoor, spyware, rootkit, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelo Usuário.

Quais são as responsabilidades da Administração Pública com meus dados?

A Administração Pública se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais do cidadão de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no serviço, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos titulares dos dados. Ela também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas. É de responsabilidade da Administração Pública implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares.

A Administração Pública poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou sistemas que sustentam os serviços ou de outra forma necessária para cumprir com nossas obrigações legais. Caso ocorra, a Administração Pública notificará os titulares dos dados, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

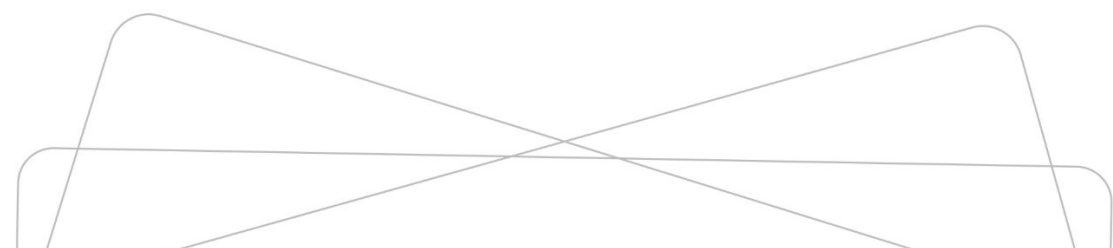
Esta Política de Privacidade foi elaborada em conformidade com a Lei Federal n. 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet) e com a Lei Federal n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei de Proteção de Dados Pessoais).

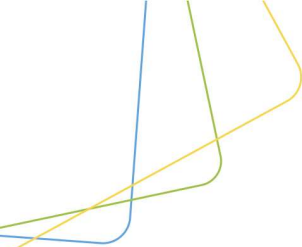
Esta Política de Privacidade poderá ser atualizada em decorrência de eventual atualização normativa, razão pela qual se convida o usuário a consultar periodicamente esta seção. Ela tem o objetivo de esclarecer, de forma simples, transparente e objetiva, como se dá o tratamento das informações pessoais pela ANCINE.

A ANCINE se compromete a cumprir as normas previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), e respeitar os princípios dispostos no Art. 6º:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;





III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

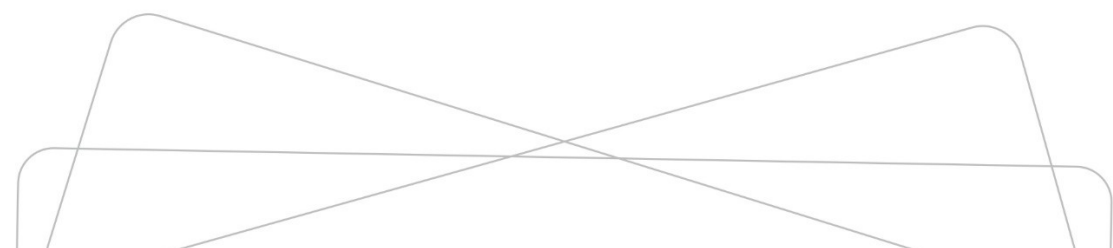
VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

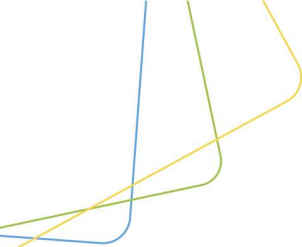
IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

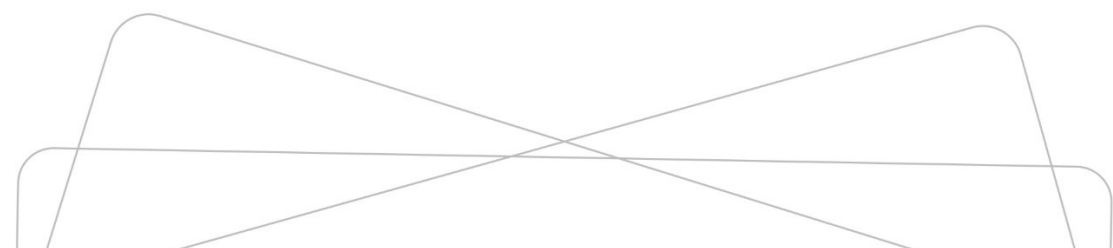
Quais dados pessoais são tratados pelos serviços ANCINE?

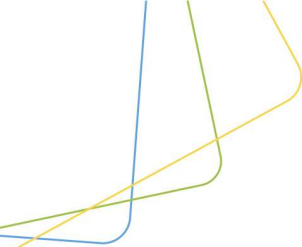
Para o desempenho das funções regulatórias e de fomento ao audiovisual, a ANCINE trata as seguintes categorias de Dados Pessoais:

- **Dados de identificação pessoal:** que podem incluir, *mas não limitados a:* nome civil ou artístico, filiação, endereço residencial, telefone residencial e/ou celular, endereço de correio eletrônico (e-mail), Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), Documento de Identidade, RNE (Registro Nacional de Estrangeiro) ou Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) em caso de estrangeiros;
 - **Dados financeiros:** que podem incluir, *mas não limitados a:* participação em outras empresas e/ou grupo econômico (sócio, cotas patrimoniais, ou representante), atividade profissional, acordos e ajustes comerciais, procurações de outorga por parte do agente econômico;
 - **Dados de Educação e Profissionais:** que podem incluir, *mas não limitados a:* dados acadêmicos, qualificação e experiência profissional, emprego atual e carreira;
 - **Características Pessoais:** que podem incluir, *mas não limitados a:* data do nascimento, naturalidade, nacionalidade, gênero, estado civil;
 - **Obra audiovisual:** conforme inciso I do art. 1º da MP 2.228-1, é o “produto da fixação ou transmissão de imagens, com ou sem som, que tenha a finalidade de criar a impressão de movimento, independentemente dos processos de captação, do suporte utilizado inicial ou posteriormente para fixá-las ou transmiti-las, ou dos meios utilizados para sua veiculação, reprodução, transmissão ou difusão”.
- 



Pode incluir, mas não limitado a imagem e som de pessoa natural contida na mídia física ou em meio eletrônico submetida à ANCINE para fins de registro ou comprovação de obras realizadas com recursos geridos pela Agência. Em casos específicos, as obras podem conter dados pessoais de crianças e adolescentes.

- **Dados Sensíveis:** em casos específicos, para o suporte de políticas públicas voltadas a determinados segmentos, podem ser tratados dados sensíveis como origem racial ou étnica. Eventualmente, no contexto de participação cidadã, podem ser coletados indiretamente dados referentes a filiação a sindicato.
- 



Como os dados são coletados?

A coleta dos dados pessoais realizada pela ANCINE está circunscrita ao mínimo de dados necessários para execução da política pública e dos processos administrativos. De forma geral, a coleta de dados se dá através do preenchimento de formulário eletrônico, upload em sistemas, recebimento de documentos físicos e digitalizados e inspeções *in loco*.

No caso do Sistema Ancine Digital (SAD), as informações pessoais são providas pelos agentes econômicos, regulados e proponentes, ao solicitar os serviços da ANCINE. Para dados pessoais armazenados em outros órgãos públicos, como a Receita Federal, existe uma integração com o objetivo de assegurar a qualidade e a atualização dos dados pessoais.

Para que fim utilizamos seus dados?

O tratamento de dados pessoais possui a finalidade de cumprir as obrigações legais, regulatórias e fiscalizatórias, além da execução de políticas públicas. Assim, de uma forma geral, está relacionada à hipótese de “cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador” (inciso II do art. 7º e alínea “a” do inciso II do art. 11 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - LGPD).

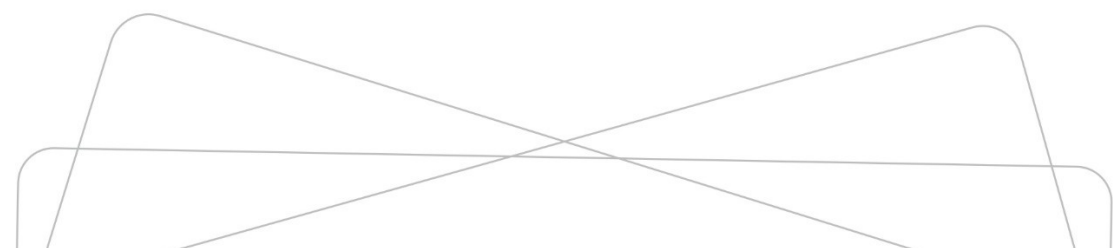
Dentre os processos regulatórios executados pela ANCINE focados no mercado audiovisual, os registros de agentes econômicos (pessoa jurídica e pessoa física) e de obras audiovisuais brasileiras são obrigações cujo cumprimento é exigível dos agentes de mercado, consoante previsões fixadas nos artigos. 22 e 28 da MP nº 2.228-1, de 2001, respectivamente.

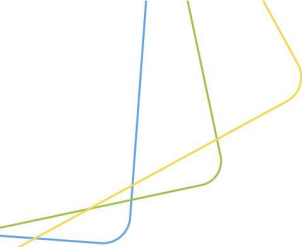
Relativamente aos processos fiscalizatórios executados pela agência sobre esse mercado, há um conjunto de obrigações estipuladas pela MP nº 2.228-1 e pela Lei nº 12.485, de 2011, cujos processos sancionadores, abertos em caso de eventuais infrações, estão regulamentados pela Instrução Normativa nº 109, de 2012.

Por fim, no que tange ao processo destinado à geração e à difusão de informação e de conhecimento acerca do mercado audiovisual, sobretudo o regulado, por meio do Observatório Brasileiro do Cinema e do Audiovisual (OCA), compete à Agência também efetuar o monitoramento das atividades econômicas da indústria audiovisual por meio da circulação de estudos, painéis, e análises de mercado, em consonância com o inciso XIV do art. 7º da MP nº 2.228-1, de 2001.

No caso dos processos de fomento, a finalidade do uso de dados pessoais se justifica no cumprimento de obrigações legais, conforme previsto na legislação do setor: Lei 8.666/93, Lei 8685/93, Lei 8313/91, Lei 11437/2006 e MP 2228-1/01. A regulamentação específica encontra-se nas Instruções Normativas nº 106, nº125, e nº150, no Regulamento Geral do Prodav, além das Chamadas Públicas do FSA e contratos de apoio e investimento. Os processos atendem aos interesses do titular de dados no exercício do seu direito próprio, ou de pessoas jurídicas que representam, de ter acesso aos mecanismos de fomento.

Nos processos de prestação de contas, o objetivo é analisar e decidir sobre a prestação de contas financeira dos projetos realizados com recursos públicos geridos pela ANCINE, além do cumprimento de seu objeto, bem como a tomada de contas especial de projetos audiovisuais incentivados. Para tanto, há a coleta e tratamento de dados pessoais, notadamente os financeiros e bancários, tais como notas fiscais e informações de órgãos sobre solvência.





Qual o tratamento realizado com os dados pessoais?

A ANCINE trata os dados pessoais com o objetivo de cumprir com suas competências, obrigações e compromissos com a sociedade, tendo em vista o interesse público. O objetivo prioritário das ações são agentes econômicos que exerçam atividade empresarial; assim, o tratamento de dados pessoais é, na maioria dos processos, colateral e não envolve, em regra, tratamento de dados pessoais de vulneráveis, salvo em casos de Registro de Obras Brasileiras nas quais ocorra a participação de crianças, adolescentes ou vulneráveis. Nesse caso, dados pessoais envolvendo esses grupos serão objeto de tratamento (registro de vídeo, som, imagem e ficha técnica de equipe).

Ressalta-se que o tratamento dos dados pessoais é realizado observando-se os princípios expostos no art. 6º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - LGPD, buscando-se contemplar sua finalidade, através de propósitos legítimos e específicos, sem tratamento posterior de forma incompatível a sua finalidade.

No âmbito dos processos regulatórios, o tratamento decorre da relação regulatória entre a ANCINE e os agentes econômicos que exploram atividade em segmentos de mercado audiovisual regulados, seja pela MP nº 2.228-1, de 2001, seja pela Lei nº 12.485, de 2011, sendo imprescindíveis e proporcionais ao regular exercício e aos objetivos desses marcos regulatórios.

O tratamento dos dados é limitado ao mínimo necessário para a realização das finalidades informadas ao titular, com o propósito de cumprimento de obrigação legal e regulatória, de monitoramento, além de publicação e divulgação de informes e estudos atinentes ao mercado audiovisual.

No âmbito dos processos de fomento e prestação de contas, o tratamento decorre do acesso dos agentes regulados aos mecanismos de fomento de incentivo fiscal ou fomento direto, em especial investimentos do Fundo Setorial do Audiovisual em decorrência da legislação do setor: Lei 8.313, de 1991, Lei nº 8.685, de 1993, MP nº 2.228-1, de 2001, Lei nº 11.473, de 2006 e Lei nº 12.485, de 2011.

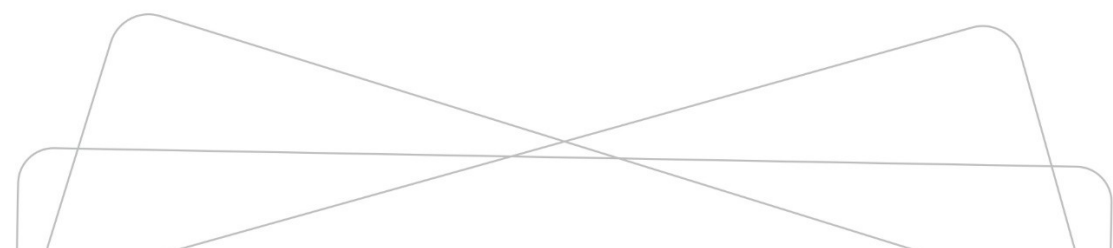
O tratamento de dados é limitado ao mínimo necessário para a concretização dos objetivos dos processos de fomento e de prestação de contas, com a finalidade última de cumprir sua função regulatória em prol do setor audiovisual. A coleta dos dados pessoais, em muitos casos, é feita de forma incidental aos procedimentos, como na hipótese de informações adquiridas no corpo de contratos de prestação de serviços ou notas fiscais.

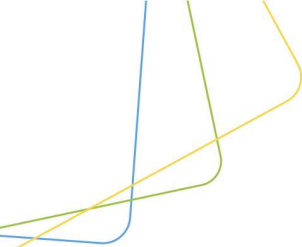
Os dados pessoais utilizados nos serviços ANCINE são compartilhados?

O compartilhamento de dados com terceiros poderá ser realizado, desde que obtido o consentimento específico do titular das informações, ressalvadas as hipóteses de dispensa desse consentimento dispostas em Lei. Nesse contexto, destaca-se a possibilidade de compartilhamento desses dados com os órgãos de controle como Tribunal de Contas da União (TCU) e *Controladoria-Geral da União (CGU)*.

Segurança no tratamento dos dados pessoais do usuário

A segurança no tratamento de dados pessoais é assegurada através de diferentes linhas de defesa, especialmente através do acompanhamento do Programa de Governança em Privacidade – PGP pelo





Comitê de Segurança de Informação e Comunicação – CSIC, e a atuação das instâncias de controle interno como Auditoria, Ouvidoria, Comissão de Correição e Comissão de Ética. Além disso, em observância ao Plano Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação – PDTIC, a infraestrutura computacional instalada está em constante aprimoramento com o objetivo de mitigar os riscos de segurança de informação.

A ANCINE adota boas práticas e tecnologias de mercado que visam proteger os dados pessoais. O uso de mecanismos de proteção para redes e de softwares contra a disseminação de malwares são exemplos de ações que mitigam eventuais ataques direcionados ao ambiente computacional, onde são processados e armazenados os dados pessoais em formato digital na Agência. Soma-se a isso a proteção do ambiente por meio da utilização de controles de acesso lógico e físico, assim como o armazenamento de registros (logs) dos serviços e sistemas, que podem ser usados para análises forense em caso de incidentes de segurança que envolvam dados pessoais.

Além disso, o acesso aos dados pessoais é restrito a servidores e colaboradores previamente autorizados a executar as atividades no âmbito de suas unidades de lotação e exercício e de acordo com as competências regimentais. No caso do acesso físico às instalações onde se dá o armazenamento de informações, há um controle rígido de segurança e controle.

Para a garantia da segurança, são adotadas soluções que levem em consideração: as técnicas adequadas; os custos de aplicação; a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento; e os riscos para os direitos e liberdades do usuário.

Com o objetivo de assegurar que se realize o tratamento de dados pessoais conforme a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - LGPD e respeite os critérios estabelecidos pela instituição, todo servidor ou terceirizado deve seguir o código de conduta do agente público civil do Poder Executivo Federal, bem como o Decreto 1.171, de 22 de junho de 1994 que trata do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal.

A ANCINE se exime de responsabilidade por dolo ou culpa exclusiva de terceiros, como em caso de ataque de hackers ou crackers, e dolo ou culpa exclusiva do usuário, como no caso em que ele mesmo transfere seus dados a terceiro. A ANCINE se compromete, ainda, a comunicar ao titular em prazo adequado caso ocorra algum tipo de violação da segurança de seus dados pessoais que possa lhe causar um alto risco para seus direitos e liberdades pessoais.

Os serviços ANCINE utilizam cookies?

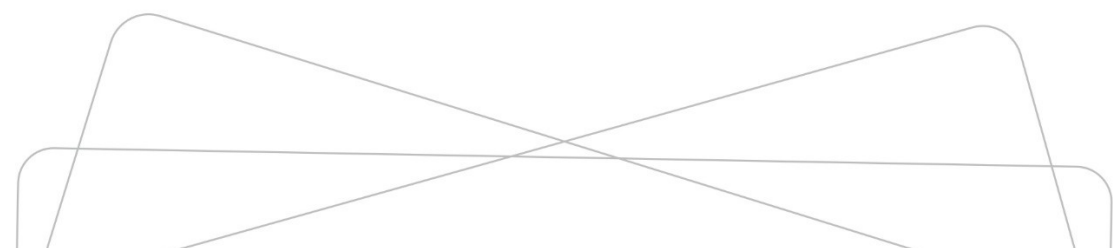
Cookies são pequenos arquivos de texto enviados pelo site ao computador do usuário e que nele ficam armazenados, com informações relacionadas à navegação do site.

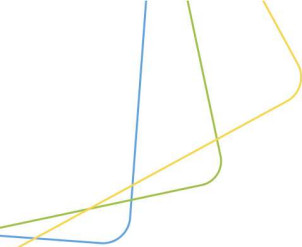
As informações armazenadas em *cookies* podem ser consideradas dados pessoais e todas as regras previstas nesta Política de Privacidade também são aplicáveis a eles.

Os serviços oferecidos pelo Sistema Ancine Digital (SAD) não utilizam *cookies*.

Este Termo de Uso pode ser alterado?

A presente versão desta Política de Privacidade foi atualizada pela última vez em: 31/03/2021.





O editor se reserva o direito de modificar, a qualquer momento o site as presentes normas, especialmente, para adaptá-las às evoluções dos serviços ANCINE, seja pela disponibilização de novas funcionalidades, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

Qualquer alteração e/ou atualização destes Termos de Uso e Política de Privacidade passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do serviço e deverá ser integralmente observada pelos Usuários.

Qual o foro aplicável caso o usuário queira realizar alguma reclamação?

Este Termo será regido pela legislação brasileira. Qualquer reclamação ou controvérsia com base neste Termo será dirimida exclusivamente pelo foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro – Justiça Federal.

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

